

SEMIÓTICA DE CHARLES PEIRCE: O ÍCONE E A PRIMEIRIDADE

SEMIOTICS OF CHARLES PEIRCE: THE ICON AND THE FIRSTNESS

Wellington Anselmo Martins¹

Resumo: Este artigo trata da filosofia de Charles Sanders Peirce (1839-1914), mais especificamente da sua semiótica. Delimitamos os conceitos ícone e primeiridade. Esses conceitos são apresentados individualmente, mas também procuramos mostrar a relação que há entre eles na semiótica de Peirce. Para concretizar esse objetivo, as nossas referências são alguns especialistas no pensamento peirceano, como Ibri (1992) e Santaella (2012). Toda essa reflexão ocorre dentro do campo da lógica e da fenomenologia.

Palavras-chave: Semiótica. Peirce. Ícone. Primeiridade. Fenomenologia.

Abstract: This article deals with the philosophy of Charles Sanders Peirce (1839-1914), more specifically its semiotics. We delimit the concepts: icon and firstness. These concepts are presented individually, but also we try to show the relation between them in the semiotics of Peirce. To achieve this goal, our references are some experts in Peirce's thought, as Ibri (1992) and Santaella (2012). This whole reflection occurs within the logic and phenomenology field.

Keywords: Semiotics. Peirce. Icon. Firstness. Phenomenology.

1. Introdução

“A divisão mais importante dos signos”, assim é que Peirce (CP, 2.275) se dirige à *Segunda Tricotomia*². Tal afirmação já indica que foram feitas muitas divisões e subdivisões entre os signos. Peirce, no quesito taxonômico, confirmou sua natureza de matemático ou, até poderíamos dizer, foi cartesiano³, dada as divisões e subdivisões feitas no interior do seu sistema filosófico. Só as separações tricotômicas já são três. A segunda delas, e de maior relevância – como confirma a citação – abrange os conceitos de *Ícone*, *Índice* e *Símbolo*⁴. Precisamos analisar esses conceitos para, então,

¹ Mestrando em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Bauru, Graduado em Filosofia pela Universidade do Sagrado Coração – USC. E-mail: am.wellington@hotmail.com

² *Tricotomia*: literalmente, em língua portuguesa brasileira, sugere um conceito de “divisão em três partes, classes ou elementos” (AURÉLIO, 2010, p. 2084). É neste sentido que Peirce usa o vocábulo em sua semiótica.

³ *Cartesiano*: por sua filosofia, Peirce não se constitui um pensador seguidor de Descartes. O termo ‘cartesiano’ aqui foi usado no sentido de “análise metódica”, isto é, que busca o maior número possível de compartimentações para fins de pesquisa científica. (REALE, 2005, p. 288)

⁴ Os conceitos de *Índice* e *Símbolo* não serão direta e aprofundadamente abordados nesta pesquisa. Mas apenas o conceito de *Ícone*.

compreendermos qual importância eles têm no sistema semiótico peirceano para que o filósofo os erigisse como “divisão mais importante”.

Conforme Nöth (2003, p. 78): “O ícone participa da primeiridade”. Para tratarmos diretamente do *Ícone* adentramos, inicialmente, aos estudos da definição e argumentos que Peirce tem para a *primeiridade*. Esta que é fundamental no sistema filosófico do autor e à qual pertence a noção de *Ícone*, que aqui nos interessa especialmente.

2. Sobre a *primeiridade*

Segundo Ibri (1992, p. 9, grifo do autor): “A própria palavra *primeiro* sugere que sob esta categoria não há o *outro*”. Todo sistema filosófico de Peirce é rico de terminologias novas. Por isso, é lícito dizer que a filosofia peirceana dispõe de um vocabulário próprio, isto que é fenômeno comum de toda grande filosofia. O tripé conceitual de Peirce recebe os três clássicos nomes usados para identificar o respaldo do seu sistema, são eles: *primeiridade*, *secundidade* e *terceiridade*⁵. A *primeiridade* é basilar. Pois abaixo/antes dela não se encontram outros signos⁶. A experiência que caracteriza a *primeiridade* não move consigo a alteridade, porque esse “outro” é pertença da segunda categoria. E, uma vez que o *Ícone* é decorrência da *primeiridade*, somente a esta iremos nos ater com mais atenção.

Três modos distintos de ser apresentam-se à mente: a potencialidade, que Peirce denominará *Primeiridade*, presente naquilo que é livre, novo, espontâneo e casual; a existência ou fatualidade, denominada por Peirce *Secundidade* – como presença do outro –, da negação e da existência; e, por fim, a generalidade, denominada por Peirce *Terceiridade*, característica do contínuo, do pensamento e da lei. (SILVEIRA, 2007, p. 41, grifo do autor).

A primeira categoria, que gera a subdivisão tricotômica do *Ícone*, é potência pois traz em si a *possibilidade de*. Ou seja, a *primeiridade* alicerça o “movimento”, alicerça o “vir-a-ser”. É dela que advêm os pressupostos dos confrontos existenciais (próprios da *secundidade*); dela advém toda sustentação para o contínuo e para formas de generalização (próprios da *terceiridade*). A liberdade também é predicado intrínseco da

⁵ A categoria da *secundidade* é, muitas vezes, grafada como *segundidade*, ou seja, usa-se o “g” no lugar de “c”. Entretanto, tal dualidade é mera opção ortográfica, pois ambas se dirigem à mesma ideia peirceana.

⁶ *Signos*: no sentido peirceano mais amplo, referente a qualquer fenômeno existente.

primeira categoria. É deste “ser livre” que derivam a espontaneidade e a novidade, ambos adjetivos do *primeiro*.

Nas palavras do próprio Peirce (2010, p. 12, grifo nosso): “A primeira de todas as concepções da filosofia é a de uma *matéria primeira* a partir da qual é feito o mundo. [...] O *primeiro* está cheio de vida e variedade. Todavia, essa variedade é apenas potencial”. Peirce estava falando dos pré-socráticos⁷ ao citar a “primeira de todas as concepções filosóficas”. Pois era preocupação desses primeiros filósofos chegar ao princípio constitutivo de todas as coisas.

Ora, para Peirce esse princípio primeiro não é apenas *um*, como queriam e buscavam muitos⁸ dos fisicalistas gregos. Esse princípio é multiplicidade. É negação da homogeneidade. Por isso, a *primeiridade* peirceana é variedade potencial. Ela não é em si mesma. Ela não é presente, porém é vida que possibilita o presente; é potência que não é existência em si, mas guarda semelhanças com a existência e, por isso, possibilita à existência se fazer.

Essa “semelhança” da *primeiridade* que não é, mas que está ligada intrinsecamente como o que é (que existe na *secundidade*), é fundamental para a compreensão do conceito de *Ícone* – que também não é em si, mas se assemelha a um objeto-outro que representa. É nesse sentido que Queiroz (*apud* Leão, 2002, p. 292, grifo nosso) declara: “Peirce desenvolve um modelo de *semiose* que está baseado em um complexo de três termos indissolivelmente conectados – Signo-Objeto-Interpretante”.

Há uma interdependência no cerne da relação *primeiridade* (Ícone), *secundidade* (Índice) e *terceiridade* (Símbolo).

Qualquer descrição de representação, que ele chama *semiose*, envolve, de um modo menos intuitivo que o modelo diádico dominante, um complexo relacional constituído por três termos irreduzivelmente conectados: Signo-Objeto-Interpretante (S-O-I). A irreduzibilidade triádica indica uma propriedade lógica desse complexo [...]: um processo sóico *deve* ser observado como associado a um terceiro termo. (QUEIROZ *apud* LEÃO, 2002, p. 292, grifo nosso).

⁷ *Pré-socráticos*: Peirce definiu como “absurdo” a busca de uma arché universal que não seja múltipla. Por exemplo, Tales de Mileto, que defendeu ser a água o princípio constitutivo único (REALE, 2009, p. 17).

⁸ *Muitos*: Usamos o termo “muitos” e não “todos” para evitar uma generalização frágil, do tipo: todo pré-socrático foi homogeneísta. Uma vez que físicos pluralistas, como Empédocles, conjecturaram “elementos diversos” como sendo raízes de todas as coisas (REALE, 2009, p. 39).

Contrariando a concepção mais corrente⁹, Peirce adiciona uma dimensão que a fórmula clássica ignora: a referência a uma mente. Tal noção tem o signo não apenas como algo que está para alguma coisa, mas como algo que também está para um alguém (uma mente). Ou seja, o Interpretante não é apenas usuário-intérprete de um signo, mas ele é, em si mesmo, um outro signo¹⁰ intimamente participante de todo processo.

Por isso é que falamos que a *primeiridade* não tem existência em si, mas coparticipa da existência da *secundidade* sem estar, de modo definitivo, separada da *terceiridade*. Para que haja uma semiose, nos termos peirceanos, a descrição de representação se dá triadicamente, e a isto ele chama “ação inteligente”. Por outro lado, uma relação diádica não pode ser exemplo de semiose completa, mas apenas uma ação de força-bruta, isto é, uma básica relação de causa e efeito (CP, 5.484).

Ibri (1992, p. 19, grifo nosso) diz que: “No pensamento, configura-se a experiência de mediação entre um *primeiro* e um *segundo*, extensa no tempo por ser geral e por manter um vínculo entre passado e futuro”. O “pivô do pensamento”, que é a *secundidade*, serve de ponte entre um *primeiro*, que o respalda, e não está desligado de um futuro, que o continua (*terceiridade*).

A *Terceiridade* supõe a *Secundidade* e, consequentemente, a *Primeiridade*, permitindo, contudo, que a atualização contida no confronto existencial, se generalize a terceiros elementos que diretamente não mantenham entre si relações de ação e reação. Pela *Terceiridade*, a potencialidade, própria da *Primeiridade*, romperá os limites impostos pela existência e permitirá que esta mesma venha a se reproduzir atualizando, contudo, novas potencialidades. (SILVEIRA, 2007, p. 42, grifo nosso).

A tradicional relação diádica, resumida em mera causa e efeito, é inovada pela introdução desse *terceiro*, que é intimamente laçado com a “alteridade” (*segundo*) e com o “princípio de multiplicidade” (*primeiro*), e que, por isso, se faz como generalização que não se resume a simples ação-reação. O tripé peirceano, então, que indica unidade e multiplicidade, possibilita uma leitura mais realista da realidade e, poderíamos dizer, até mais completa. “Deledalle¹¹ sempre mostrou em suas aulas na

⁹ *Concepção corrente*: é mais habitual entre os autores a teoria diádica, que identifica apenas o Interpretante e o Signo. A semiótica peirceana complementa e complexifica tal teoria com uma nova teoria, triádica.

¹⁰ *Outro signo*: há autores que usam o termo “pansemiótica” para identificar a visão peirceana do universo. A ideia de que “tudo é signo” confirma a postura inovadora e filosófica de Peirce. (NÖTH, 2009, p. 62). Ver também: CP 5.448.

¹¹ Gerard Deledalle (1979), estudioso da obra peirceana.

Universidade de Quebec em Montreal a célebre passagem do biscoito *Madeleine* de Marcel Proust como um dos mais célebres exemplos de *primeiridade*” (SOUZA, 2006, p. 159, grifo nosso).

Para explicar a *primeiridade* como sentimento ou qualidade sensível das coisas, como signo imediato, o exemplo do biscoito é perfeito. Pois Proust¹² narra que sua personagem sentiu algo com o cheiro e o sabor de um biscoito, mas, por muito tempo, não pôde entender nem relacionar aquilo que *sentiu* com qualquer outra coisa. Esse “sentimento sem mediação” que invade a personagem do literato é, justamente, a experiência inefável da *primeiridade*; experiência de algo que existe, mas parece não ser em si mesmo, pois sugere outro ser, pede que um *segundo* ou um *terceiro* sejam expressos para que ela deixe de ser potência e sentimento primário, *primeiro*.

Analisando as categorias sob outros termos, Peirce (CP, 7.643, grifo nosso) propôs “considerar o *percepto* tal como ele é imediatamente interpretado no *julgamento de percepção*, sob o nome de ‘percipuum’”. O *percipuum* é um dos “ingredientes de toda e qualquer percepção” (SANTAELLA, 2012, p. 51). Uma vez identificado o “percepto” como o papel lógico do objeto dinâmico, *secundidade*, e identificado o “julgamento perceptivo” como no papel de signo-interpretante, *terceiridade*, podemos entender que o “percipuum” peirceano é o sentimento que nos golpeia, ou seja, é a *primeiridade* que nos atinge, mas sobre a qual nada podemos falar, pois se falamos, inevitavelmente, já estamos exercitando um *terceiro*, um julgamento da percepção¹³.

Reafirmamos, aqui, a riqueza de vocabulário usada por Peirce. Pois “percipuum” não se trata de mera sofisticação linguística, pois ele complementa noções de *primeiridade* ao identificar de modo direto, na rede semiótica, um dos ingredientes da percepção: o objeto imediato. Santaella (idem, p. 51-53) define-o como “[...] um elemento de compulsão e insistência inteiramente irracional na percepção [...]. É algo que está fora de nós e do nosso controle”. Peirce aplica novamente as três categorias sobre esse “percipuum”, constituindo uma nova subdivisão, segundo Santaella:

- *Primeira gradação do “Percipuum”* - Qualidade indefinida, monádica, de sentimento impreciso e vago que pode, de certa forma, ser identificada na intuição artística ou poética. A primeira gradação do “Percipuum” se liga a um

¹² Marcel Proust (1871-1922), escritor e filósofo francês.

¹³ Se o biscoito de Madeleine for explicado, passa a ser uma experiência de *terceiridade* e deixa de ser uma sensação inefável.

estado de espírito não determinado, constituído pelo acaso. Espacial e temporalmente, deve-se tê-la como desprendida, porque ela está mais para noções de eternidade e vácuo.

- *Segunda gradação do “Percipuum”* - Interventor do fluxo da consciência, impulso externo, reagente, inesperado e excessivo. Gera estados de surpresa perceptiva. Por isso, comumente, confunde os sentidos, tortura-os. Esse susto da segunda gradação denota sua brutalidade e seu automatismo, ainda que tal ímpeto possa oscilar em força conforme a situação.
- *Terceira gradação do “Percipuum”* - Faz buscar esquemas gerais, regulações, normatizações e continuidades habituais. Conduz a julgamentos ou análises interpretativas ou de significação. Seu predicado mais forte é sua função de dizer algo sobre o que é percebido.¹⁴

Tais especificidades da *primeiridade* em seu desdobramento no “percipuum” (e suas três gradações) aprofundam a sistematicidade lógica da semiótica peirceana, que torna impossível um desmembramento definitivo da *primeiridade*, *secundidade* ou *terceiridade*. Essa convergência se dará, por continuidade, aos conceitos de *Ícone*, *Índice* e *Símbolo*. Diante dessa constatação metodológica, é pertinente lembrarmos que “para Peirce, Semiótica é um outro nome que se dá à Lógica” (IBRI, 2006, p. 250). Não obstante, por isso, o empreendimento filosófico peirceano não é apenas terminológico, como pensamento traduzido por um poeta, mas também lógico, como reflexão feita por um físico e matemático.

A Semiótica, como já foi possível perceber, é uma ciência formal que tem por objetivo estabelecer como devem ser todos os signos para uma inteligência capaz de aprender através da experiência. Deve, pois, conjugar dois aspectos para constituir-se: construir diagramas que lhe permitam explicitar as relações essenciais na constituição dos signos como pensamento e conferir como base para essa construção os elementos fundamentais com os quais se compõe o universo de toda e qualquer experiência. Deverão daí resultar as formas permitidas para a representação da realidade fenomênica. (SILVEIRA, 2007, p. 38).

¹⁴ Para definições mais extensas sobre o “percipuum” e seus conceitos interligados, ver todo 2º capítulo de Santaella (2012) denominado “Do Objeto”.

Tal conceituação da Semiótica, enquanto lógica, imprime a obrigação de que a “possibilidade”, ainda que supostamente paradoxal, só possa ser lida junto com a “existência” e, ambas, só façam sentido semiótico se sistematizadas junto a um “pensamento”. Em outras palavras, podemos dizer como Ponzio (2007, p. 152): “[...] o significado de um signo é o signo interpretante desse signo, é a sua tradução em outro signo que, em consequência do ‘caráter ilimitado da semiose’, passa a ser ‘tradução de signos em um outro sistema de signos’”.

A semiose é uma cadeia de significação. Que, posta sobre o tripé das três categorias, faz a mente cumprir sua função que é levar um signo à interpretação de um outro signo (CP, 4.127). Essa interpretação (*terceiridade*) se dá por suporte de um *primeiro* que a possibilita. Este primeiro-possibilitador, segundo Santos (2011, p. 50), é uma experiência de “presentidade”. Mas não que esteja no momento presente, pois a *primeiridade* faz com que a consciência não sinta qualquer fluxo de tempo. É um “estado de contemplação”. O conceito de liberdade, aqui, é necessário para que subsista a possibilidade, que é própria da ausência de limites ou controle.

Esse contemplativo estado indizível, para Silveira (2007, p. 41), “é o modo de ser daquilo que é tal como é, positivamente e sem referência a qualquer outra coisa”. Essa definição que, para indicar um “outro” precisa de um *segundo*, é uma definição que Peirce criou pautando-se em sua Lógica dos Relativos¹⁵.

Os estudos da lógica dos relativos, associados ao da teoria da continuidade, levaram Peirce a identificar generalidade e continuidade sob o ponto de vista ontológico. De fato, é opinião enfática do autor que o estatuto da lei natural como generalidade real é o que permite o desenvolvimento de previsões corretas do curso futuro dos fenômenos. A lei, para Peirce, como um *esse in futuro*, é dotada de continuidade espaciotemporal. (IBRI, 2004, p. 171, grifo do autor).

Esse conceito de continuidade é fundamental para a realidade em si e, por consequência, para o processo semiótico. Aquilo que a generalidade se torna na Lógica dos Relativos é, simplesmente, o exercício dessa continuidade. Enfim, essas características constituem o que seja a “essência do pensamento” (CP, 5.436).

¹⁵ *Lógica dos Relativos*: Peirce, antes de constituir-se propriamente um filósofo, “fez também investigações pioneiras na lógica das relações e na lógica das funções de verdade” (BLACKBURN, 1997, p. 292), isso foi determinante para a constituição do que, depois, ele chamou Semiótica.

Tal argumentação encaminha-nos às teorias “realistas” e “falibilistas” em Peirce, todavia ainda há aprofundamento conceitual necessário especificamente para a primeiridade e o Ícone.

“Primeiridade é o modo de ser que consiste no sujeito estar categoricamente tal como é, independente de outras coisas mais” (CP, 1,25). Peirce chama o *primeiro* de “mode of being”, isto é, modo de ser ou de existir¹⁶. Ele é o estado em que algo se encontra. O modo como se faz. É igual a si mesmo, pois independe do “outro”, mas não pode ser dito, pois diretamente é inexpressável. A exemplo da cor vermelha que é algo em si mesma e que pode ser sentida. Entretanto, ela não pode ser definida, não pode ser, satisfatoriamente, explicada a não ser por recurso a *fenômenos segundos*, que dão consistência objetiva a esse *terceiro* que procura “aderência”¹⁷ de discurso ao redor da *primeiridade* estudada, neste exemplo, a cor vermelha. O *primeiro* é, então, uma moeda fenomênica: de um lado, é de maneira especial independente; de outro, só se aclara para a consciência com associações a alter-entes¹⁸.

Por isso, uma totalidade de ser ou de existência da *primeiridade* só se dá na relação, no contato, na interdependência com as outras categorias. Enquanto não há essa ação de um sobre o outro, não há sentido ou significado que se possa dar.

Importa, então, salientarmos que o poder dos *fenômenos primeiros* é ou não atualizado, pois pode se fazer em completude ou simplesmente não se fazer. Tal relatividade é visível, ainda que não possa ser traduzida totalmente. Não é possível discursar sobre ela pelo fato de não podermos acessar à totalidade das possibilidades não concretizadas, pois estas que não se fizeram não se deram a conhecer à nós, isto é, continuam encobertas sob existência possível, mas não factível.

[...] é lícita a vinculação entre possibilidade e continuidade, numa evidente intenção de estender, também, a concepção de *continuum* à primeira categoria de Peirce. Já admitimos, anteriormente, o acaso ontológico como um modo de ser de distribuição de qualidades nas coisas, caracterizando-o como um princípio real responsável pela diversidade do mundo. [...] Com essas considerações, parece ser inequívoco o vínculo entre primeiridade e possibilidade. (IBRI, 1992, p. 66, grifo do autor).

¹⁶ *Existir*: Não confundir esse “existir” da *primeiridade* com a existência concreta da *secundidade*. É possível dizer que o *primeiro* apenas é, enquanto o *segundo* é e está.

¹⁷ *Aderência*: Esse termo é pertinente e notadamente utilizado por Ibri (1992) em diversos comentários sobre os textos peirceanos.

¹⁸ *Alter-entes*: “outros seres”, que são fenômenos objetivos da *secundidade* ou fenômenos discursivos da *terceiridade*.

Esse desdobramento conceitual leva a um tipo de “generalidade do possível”, ou seja, revela a idiossincrasia de ser entre o *primeiro* e o *terceiro*. Por isso é que a continuidade não é predicado unicamente da *terceiridade*, mas se estende também à categoria mais elementar. Isso se dá, pois a noção peirceana de “Acaso” está intrinsecamente ligada às possibilidades decorrentes da *primeiridade* por, ser esta, um princípio causador da multiplicidade qualitativa que encontramos no mundo. E tal íntima aproximação de predicados entre as duas categorias exemplifica, de um modo fundante, a necessária coexistência de ambas.

Por causa dos argumentos apresentados é que Nöth (2003, p. 63) irá chamar a *primeiridade* de “qualidade ainda não distinguida”. A categoria basilar dos entes é qualitativamente independente, pois ela é que dá forma aos *segundos*, ainda que ela não seja conceituável como qualquer *objeto da alteridade* é. “É predominante a totalidade [...], algo totalmente distinto de qualquer relação ou comparação, formando uma unidade em si mesma” (SANTOS, 2011, p. 50). A totalidade ou unidade em si mesma é o desdobramento da *primeiridade* que, em seu ser, é a soma da “possibilitação” e da “qualificação” das outras categorias.

A potencialidade positiva é a origem de todo e qualquer processo semiótico. Estando intimamente relacionado à iconicidade dos fenômenos. Silveira (2007, p. 44) salienta que as qualidades *primeiras* constituem-se em signos tais como o são todos os *segundos* e *terceiros*, ainda que estes últimos é que possuam a factualidade de ser e a *primeiridade* não, pois, para se fazer, ela necessita de algo que a sustente. As qualidades são signos “necessários” (como constituição dos outros) e “necessitados” (como só existentes por meio de outros). Por isso podemos dizer que as qualidades se desvelam em objetos e se explicam em discursos, mas em si mesmas não são concretamente e nem conceitualmente.

É o domínio do virtual. [...] Ele [o *primeiro*] é iniciante, original, fresco e livre, porque se ele envelhecer já se secundariza. Ele não pode ser pensado, nem afirmado, pois as afirmações pressupõem uma negação de alguma coisa. (SOUZA, 2006, p. 159, grifo nosso).

O *primeiro* é completude que não pode ser completamente abarcado. Sempre que algo é afirmado sobre ele, além de sairmos de sua *categoria primeira* e irmos para a *terceira*, ainda não podemos evitar o fato de negá-lo em uma característica para podermos tentar afirmá-lo em outra. É por isso que se diz que a afirmação denota

negação como a existência está para a inexistência. E por esta complexidade, que é tratar do *primeiro*, o próprio Peirce, e muitos de seus comentadores, exemplificam-no didaticamente com as cores. Pois estas são qualidades em si que são qualidades para outros, mas continuam inefáveis tal qual um atributo absoluto.

Santaella (2005, p. 35) define que, do ponto de vista ontológico, a ‘categoria predecessora’ se mostra como o ser livre intrínseco e mobilizador da possibilidade. Tal conceito possibilitador tem raízes scotistas, por isso podemos dizer que são próximas “às concepções de Scotus sobre a ‘natureza comum’ e ‘possibilidade’ aos princípios metafísicos de Peirce” (PICH, 2005, p. 62). Mas não só com Scotus é possível esse ajuntamento do conceito de *primeiridade* peirceana. Ibri (2008, p. 223-234) faz aproximações também com Shelling e Schopenhauer.

Como libertador do romantismo alemão, que estava preso ao mecanicismo, Shelling imprime na história seu conceito de “liberdade genética”. Por sua vez, e seguindo a linha kantiana, Schopenhauer irá silenciar-se diante da liberdade a ponto de declará-la como indizível, a não ser pela arte. Nesse sentido, Peirce conceitua sua *primeiridade* também como mundo genético libertador, quer no plano cósmico ou humano, e dentro dessa concepção a música, por exemplo, se mostra como instância que celebra a liberdade de ser, este “Ser livre” que está presente no homem e na natureza.

3. Sobre o *Ícone*

Existem três Tricotomias. Na Segunda delas, são três as subdivisões. Neste momento, iremos nos ater à segunda subdivisão. “Segundo Charles Peirce, um signo pode ter diversas relações com o objeto por ele representado. Essas relações foram categorizadas basicamente como: *ícone*, *índice* e *símbolo*” (CATRO, 2011, p. 21, grifo nosso). Desta tríade, delimitamos o conceito peirceano de *Ícone*.

Nas palavras do próprio Peirce (2010, p. 53): “Um *Ícone* é um signo”, ou seja, ainda que ele sirva para representar outro signo, em si ele é um signo também: “um signo que se refere ao Objeto”.

3.1 O Ícone é sempre um similar

“Qualquer ícone carrega um nível de semelhança entre o significado e o significante¹⁹. O grau de similaridade pode ser alto ou baixo” (HALL, 2008, p. 14). Para que um signo seja icônico é preciso haver essa similaridade, sem importar sua perfeição, mas apenas o fato de existir. Ou seja, uma fotografia, por exemplo, pode se parecer muito com a pessoa retratada ou apenas se parecer o suficiente para que essa pessoa seja identificada por meio do seu retrato. Mas, em ambos os casos, quer com mais ou menos semelhança, o retrato é um ícone autêntico. “A relação implicada de um ícone é a de mera comparação” (SILVEIRA, 2007, p. 74).

É nesse sentido que Castro (2011, p. 21, grifo nosso) diz que “o *ícone* é um signo que representa fielmente um objeto. O melhor exemplo para entendermos esta afirmação é a fotografia”. Este autor usa o mesmo exemplo de Hall, e acrescenta uma generalização: “Toda reprodução fotográfica de algo ou de alguém pode ser considerada um símbolo icônico”²⁰. Entre o *Ícone* que denota (signo) e o objeto que é representado (outro signo) existem características semelhantes. E esta é a identidade do *Ícone*: manter uma relação de semelhança com o “outro” que ele denota (PEIRCE, 2010, p. 53).

3.2 O Ícone pode representar o inexistente concreto

É importante frisar a não necessidade de existência concreta da alteridade denotada pelo *Ícone*. O “outro”, a que um *Ícone* se refere, não precisa estar no mundo para ser representado. O *Ícone* é um signo que pode guardar semelhança com qualquer outro tipo de signo, seja real ou abstrato. “Qualquer coisa, seja uma qualidade, um existente individual ou uma lei é Ícone de qualquer coisa, na medida em que for semelhante a essa coisa e utilizado como um signo seu” (PEIRCE, 2010, p. 53). Por isso, *Ícone* serve para denotar objeto, quer este objeto de fato exista ou seja uma abstração.

Nesse sentido é que Silveira (2007, p. 74) afirma que “[...] não é necessário que o objeto relacionado exista, pois um ícone não se constitui num signo da existência e somente implica, por sua própria forma, a possibilidade de um objeto ao qual ele se

¹⁹ *Significado e Significante*: Esses termos são usados no sentido clássico, saussuriano: significado como interpretação semântica de um signo; significante como objeto que possibilita essa interpretação.

²⁰ Não confundir o uso do termo “símbolo” nesta afirmação com o conceito de Símbolo em Peirce. Nesta afirmação, “símbolo” é usado como sinônimo de signo.

compare”. Conforme afirmado, a “existência” é predicado da *secundidade*. O *ícone*, para que possa atuar como um signo (no sentido lato), exige uma “real existência” do objeto que ele representa. Entretanto, em sua atuação como signo de mera possibilidade não se faz necessária a factualidade do “outro” que ele representa.

É por isso que se pode dizer que a função semiótica pertence à esfera das ideias e não da dos fatos. Pois, por ser mera qualidade possível, a iconicidade se faz antes da instauração das relações de ação-reação, próprias da existência. A semiose habita o domínio do possível e possibilitador.

3.3 O Ícone em relação às três categorias

Sobre o signo icônico decorrente da *primeiridade*, Peirce (2010, p. 63, grifo nosso) diz:

Um *signo*, ou *Representamen*, é um Primeiro que se coloca numa relação triádica genuína tal com um Segundo, denominado seu *Objeto*, que é capaz de determinar um Terceiro, denominado seu *Interpretante*.

A interdependência das três categorias se mostra, aqui, fundante da existência icônica. O representamen se dá, como diz Peirce, numa relação triádica. Pois este signo se relaciona com seu Objeto (*segundo*) e determina seu Interpretante (*terceiro*).

O conceito triádico de Peirce, assim, confirma a sua contraposição às visões dualistas: “A relação triádica é *genuína*, isto é, seus três membros estão por ela ligados de um modo tal que não consiste em nenhum complexo de relações diádicas” (PEIRCE, 2010, p. 63). Por isso, o *Ícone* não existe apenas em função de ser representamen de um “objeto-outro”, mas para ser matéria-prima de uma interpretação *terceira*. Qualquer forma de relação diádica²¹, então, mostra-se insuficiente como leitura de todo esse processo.

Para Silveira (2007, p. 74, grifo nosso) a “relação implicada” em que o *Ícone* se faz é signo que se pode dizer “determinado pela categoria da *primeiridade*”. Apesar de haver uma relação intrínseca entre as categorias, há desdobramentos icônicos determinados diretamente pela *primeira categoria*.

²¹ *Relação diádica*: Em Descartes, por exemplo, é nítida a dualidade Sujeito-Objeto como forma de conceituação da realidade. Peirce contrapõe-se a esta visão.

Tal qual o *Ícone* está para o objeto, também o Interpretante deve estar. O *terceiro* não pode manter uma relação simples e direta (diádica) com a alteridade, pois o tripé que respalda os signos tem papel fundamental também com o representamen. (PEIRCE, 2010, p. 63).

Um *Ícone* é um Representamen cuja qualidade Representativa é uma Primeiridade como Primeiro. Ou seja, a qualidade que ele tem *qua* coisa o torna apto a ser um representamen. Assim, qualquer coisa é capaz de ser um Substituto para qualquer coisa com a qual se assemelhe. (PEIRCE, 2010, p. 64, grifo nosso).

4. Considerações finais

Enfim, em resumo, guardando a característica de ser semelhante, um signo, seja de qual ordem for, pode se colocar no lugar de outro. Ou seja, a potencialidade icônica está para todos os signos que, de alguma forma, sejam análogos predicativamente a outros signos que venham a representar como *Ícone*. A *primeiridade*, então, deve encontrar-se mutuamente em signo representado e signo representador, isto é, devem haver qualidades compartilhadas para que seja possível que o *Ícone* exista. E Peirce (2010, p. 63) diz que esse conceito de “substituto” só é possível pelo envolvimento de um propósito. Propósito ou intencionalidade que, por sua vez, visa a um futuro ou uma predição que são características próprias da *terceiridade*.

Noutras palavras podemos dizer, o representamen unicamente por *primeiridade* é o que tem apenas um objeto similar; um signo, por *primeiridade*, é uma mera imagem de seu objeto. Tal representação simples é uma “ideia” *primeira* que, necessariamente, excita uma ideia representante.

Entretanto, cabe salientar que o *Ícone* que é apenas ideia de *primeiridade* só o é por força de sua condição de ser qualidade e, por ser apenas possibilidade, não traz em si a completude icônica que só se dá quando um *Ícone* é também existente e não pura possibilidade. Ou seja, dentro do próprio conceito de *Ícone* há subconceituações que não são objeto do presente artigo e, assim, carecem de outras pesquisas específicas.

Referências

- BLACKBURN, S. *Dicionário Oxford de Filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
CASTRO, M. S. *Introdução aos Estudos Linguísticos e Semióticos: O texto nas produções escritas, visuais e audiovisuais*. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

- HALL, S. *Isto Significa Isso. Isso Significa Aquilo*: Guia de semiótica para iniciantes. São Paulo: Rosari, 2008.
- IBRI, I.A. *Kósmos Noêtos*: A arquitetura metafísica de Charles S. Peirce. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- _____. O Significado da Primeiridade em Schelling, Schopenhauer e Peirce. In: *Cognitio*: revista de filosofia, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 223-234, jul./dez. 2008.
- _____. Pragmatismo e Realismo: A semiótica como transgressão da linguagem. In: *Cognitio*: revista de filosofia, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 247-259, jul./dez. 2006.
- _____. Semiótica e Pragmatismo: Interfaces Teóricas. In: *Cognitio*: revista de filosofia, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 168-179, jul./dez. 2004.
- LEÃO, L. *Interlab*: Labirintos do pensamento contemporâneo. São Paulo: Iluminuras, 2002.
- NÖTH, W. *Panorama da Semiótica*: de Platão a Peirce. São Paulo: Annablume, 2003.
- PICH, R.H. Scotus e Peirce sobre Realidade e possibilidade. *Cognitio*: revista de filosofia, São Paulo, v. 6, n. 1. p. 61-84, já./jul. 2005
- SANTAELLA, L. *A Teoria Geral dos Signos*: Como as linguagens significam as coisas. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
- _____. *Matrizes da Linguagem e Pensamento*: sonora, visual, verbal. São Paulo: Iluminuras, 2005.
- SILVEIRA, L.F.B. *Curso de Semiótica Geral*. São Paulo: Quartier Latin, 2007.
- PEIRCE, C.S. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- _____. *Collected Papers of Charles S. Peirce*. Cambridge, MA. Harvard Univ. Press
- PONZIO, A.; CALEFATO, P.; PETRILLI, S. *Fundamentos de Filosofia da Linguagem*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- FERREIRA, A.B.H. *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2010.
- REALE, G.; ANTISERE, D. *História da Filosofia*: Do humanismo a Descartes, vol. 3, São Paulo: Paulus, 2005.
- _____. *História da Filosofia*: Filosofia pagã antiga, vol. 1, São Paulo: Paulus, 2009.
- SANTOS, J.F. *Realismo e Falibilismo*: Um contraponto entre Peirce e Popper. Curitiba: CRV, 2011.
- SOUZA, L.S. *Introdução às Teorias Semióticas*. Petrópolis: Vozes, 2006.